

AS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NAS CARTAS DE ALFORRIAS DE PELOTAS (RIO GRANDE DO SUL, 1850-1888)

MARINA RIBEIRO CARDOSO¹; JONAS MOREIRA VARGAS³

¹*Universidade Federal de Pelotas – marina.cardosoufpel@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – jonasmvargas@yahoo.com.br*

1. INTRODUÇÃO

Em 1º de Junho de 2015, durante o governo de Dilma Rousseff, presidenta do país de 2011 a 2016, foi sancionada a Lei nº 150, que buscou garantir os direitos, até então inexistentes, dos/as trabalhadores/as domésticos/as do Brasil (BRASIL. Lei nº 150, de 1º de junho de 2015). A proteção trabalhista era almejada por estas pessoas há muito tempo, um período que perpassa o presente e se estende – ao que podemos nos referir aqui – até o século XIX, onde trabalhadoras domésticas, às vésperas da abolição da escravidão, já não aceitavam mais o domínio senhorial sobre a prática de seu ofício e lutavam pela sua liberdade, principalmente no que tange o seu sentido mais pleno: o de autonomia (CHALHOUB, 2011). Por conta disso, esta pesquisa objetiva analisar, por meio das Cartas de Alforrias, a presença de domésticas conquistando a liberdade em Pelotas, no Rio Grande do Sul, entre 1850 e 1888, período marcado pela promulgação das leis ditas emancipacionistas e a forte pressão abolicionista no Império. Além disso, também é necessário considerar o contexto pelotense, marcado pela forte produção e exportação, interna e externa, de charque, que possuía uma alta demanda de trabalho, provocando um elevado índice de pessoas africanas e descendentes de africanos em condições de escravidão na cidade (VARGAS, 2016).

Pretende-se adentrar, na medida do que é possível – considerando que nós, historiadores, trabalhamos apenas com fragmentos do passado e das vidas de nossos personagens (JENKINS, 2001) –, no cotidiano destas mulheres, buscando, ainda, uma caracterização mais específica de seu ofício. Diante disso, serão consideradas as experiências e tensões que enfrentavam de portas adentro e de portas afora das propriedades de seus senhores, bem como, as diferentes estratégias de agenciamento (JOHNSON, 2006) que desempenhavam por este importante exercício de resistência (MOREIRA, 2006) que efetuavam: a conquista da carta de alforria. Neste sentido, os ofícios que aprendiam ao longo de suas vidas e transmitiam para as pessoas que compunham as suas mais variadas redes de apoio e solidariedade (SLENES, 2011), serão compreendidos como um relevante meio de acessar a alforria para si e para os seus, considerando que a busca pela liberdade, em nossa perspectiva, era algo coletivo. Por fim, também é importante que se leve em consideração os atravessamentos que perpassavam estas mulheres e moldaram não só as suas vidas, mas também as possibilidades que possuíam diante de suas realidades cotidianas. A interseccionalidade (CRENSHAW, 2002; DAVIS, 2016; GONZALES, 2020) da raça, do gênero e da condição social definiu os caminhos de muitas mulheres, ainda mais quando outros aspectos entravam em questão, como deficiências, a origem, a maternidade e, sobretudo, os espaço de trabalho que ocupavam. Estar no interior da casa senhorial, assim, poderia indicar a possibilidade de movimentações maiores pela liberdade, mas, também, nuances a serem enfrentadas.

2. METODOLOGIA

Como mencionado anteriormente, a pesquisa sobre os ofícios de serviços domésticos das mulheres libertas em Pelotas, entre 1850 e 1888, ocorrerá por meio das análises das cartas de alforrias registradas nesse período e nesta cidade. O acesso às mesmas ocorreu por meio dos resumos disponibilizados *online* e em *pdf*, pela instituição que, atualmente, promove a salvaguarda e proteção desta documentação: o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Por meio destes foi possível organizar uma “base de dados” em *Excel* onde ficaram dispostas todas as informações principais de cada fonte, como o nome, a origem, as nações, idades e ofícios das mulheres alforriadas em Pelotas. Tais dados foram analisados utilizando duas autoras como referência: Katia Mattoso (2016), precursora nas investigações mais aprofundadas com base nas cartas de alforrias, desenvolvendo pesquisas, por exemplo, sobre os caminhos percorridos por escravizados para que fosse possível a obtenção deste documento; e Natália Pinto (2018), que, assim como a autora mencionada anteriormente, dedicou-se a compreender e demonstrar, por meio de sua tese, a produção da liberdade na cidade de Pelotas.

Além disso, a pesquisa em outras fontes, buscando refletir sobre os desdobramentos cotidianos destas mulheres, auxilia em uma caracterização maior das atividades especializadas que desempenhavam durante o trabalho árduo da escravidão e do próprio cotidiano vivenciado por estas mulheres. Neste sentido, Lorena Telles (2018) ao debruçar-se de forma incansável sobre os anúncios de jornais do Rio de Janeiro, investigando a presença da maternidade entre mulheres em condições de escravidão, deixa um importante exemplo sobre a análise desta fonte e as possibilidades de reflexões que oferecem para a História Social da Escravidão. Por fim, iremos nos apropriar dos Livros de Receitas dispostos no Museu do Doce, localizado na Praça Coronel Pedro Osório, em Pelotas, para demonstrar, ainda mais, as habilidades que mulheres desenvolveram em seus cotidianos e através da transmissão de saberes.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante o desenvolvimento desta pesquisa, preocupamos-nos em compreender, primeiramente, qual a totalidade de mulheres existe nas cartas de alforrias que foram registradas em Pelotas nas últimas décadas da escravidão. Das 4.073 pessoas alforriadas na cidade, 2.137 eram homens (52,4%) e 1.936 eram mulheres (47,4%), o que demonstra um equilíbrio entre os gêneros na conquista da liberdade no território. Ao direcionarmos apenas para as documentações que pertenciam às escravizadas – objetivo deste trabalho – buscamos analisar quais atividades desempenhavam no seu dia-a-dia e quais aparecem com maior e menor frequência nos documentos que registram suas conquistas de liberdade. Para isso, direcionamos-nos aos ofícios, realizando, primeiramente, uma categorização dividida entre (A) de portas afora e (B) de portas adentro, como bem fez Sandra Graham (1992), para, em seguida, listá-los segundo esta categoria. Entre os ofícios encontrados estão: serviços domésticos, cozinheira, costureira, mucama, lavadeira, para todo o serviço, servente, engomadeira, quitandeira e rendeira, nesta ordem de predominância. Assim, diante da categorização estabelecida, foi possível observar que as mulheres, entre 1850 e 1888, estavam, sobretudo, no interior da casa senhorial e classificadas, em maioria, como “de serviços domésticos”.

Por buscar maiores informações acerca do significado ser uma trabalhadora doméstica neste contexto, quais atividades desempenhavam em seus cotidianos, quais habilidades desenvolviam e o que aprendiam, foram apropriadas outras tipologias de documentos que poderiam fornecer tais informações, como os anúncios de jornais e os processos criminais. Para isso, utilizamos a Hemeroteca Nacional Digital buscando, nos jornais do Império anúncios que pudessem conter maiores informações sobre as especializações dos ofícios das mulheres escravizadas. A partir da busca realizada, selecionamos dois anúncios encontrados no jornal O Rio Grandense (do Rio Grande do Sul) e no jornal Diário do Rio de Janeiro (do Rio de Janeiro) respectivamente: o primeiro informa a venda de uma mulher preta, quitandeira, lavadeira, cozinheira, doceira e padeira; o segundo, a venda de uma mulher, também preta, que sabia engomar perfeitamente, cozinhar em forno e fogão, fazer doces de todas as qualidades, massas, pudins, recheios, pastéis, empadas, biscoitos de várias qualidades, pão e outras especialidades envolvendo forno. Tais anúncios demonstraram os mais diversos saberes, sobretudo envolvendo o cozinhar, que estas mulheres poderiam aprender. Por ter esse direcionamento durante o desenvolvimento da pesquisa, buscamos, no Museu do Doce, localizado em Pelotas, os Cadernos de Receitas salvaguardados pela instituição. Apesar de os mesmos serem compostos pelas mais diversas receitas e pertencentes às mulheres da elite pelotense, a produção dessas doçuras, que ocorriam nos grandes casarões da cidade, era realizada pelas trabalhadoras da casa, antes e depois da abolição. Ao investigar os cadernos, tomou-se nota de uma variedade de receitas de doces clássicos da Tradição Doceira da cidade, como Quindim, Bem casado e Trouxinha de nozes. Estes doces, apesar de representarem a riqueza da tradição da cidade, também são símbolo de quem os produzia e que poderia apropriar-se, para si, esses saberes, buscando, por exemplo, através da venda ou do próprio exercício de desenvolvê-los, melhores condições de vida.

4. CONCLUSÕES

A análise das fontes demonstra os diferentes caminhos percorridos pelas mulheres escravizadas, que viveram em Pelotas, durante as últimas décadas deste sistema que as oprimia de maneiras muito distintas. Evidenciam, ainda, que por meio dos ofícios que aprendiam ao longo de suas vidas e transmitiam para os seus, poderiam estar desempenhando estratégias de conquistar a liberdade e mais autonomia sobre suas vidas, bem como, melhores condições após a obtenção da carta de alforria. Como mencionando no início deste ensaio, a realidade destas mulheres era atravessada de diferentes maneira, para além da raça, do gênero e da condição jurídica, mas, mesmo com isso, encontraram maneiras de resistir e de se proteger. Além disso, deixaram legados imateriais de suma importância para o presente e para refletirmos sobre o passado.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade:** uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. **Por um feminismo**

afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p. 49-64.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e obediência:** criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910. Trad. Viviana Bosi. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

JENKINS, Keith. **A história repensada.** Tradução de Mário Vilela. São Paulo: Contexto, 2001.

MATTOSO, Katia Queirós. **Ser escravo no Brasil:** séculos XVI-XIX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Justiçando o cativeiro: A cultura de resistência escrava. In: **Império:** História Geral do Rio Grande do Sul. v. 2. Passo Fundo: Méritos, 2006, p. 215-231.

PINTO, Natália Garcia. **Gerações de senzalas, gerações de liberdade:** experiências de liberdade em Pelotas/RS, 1850/1888. 2018. 253 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

SLENES, Robert. **Na senzala uma flor:** esperanças e recordações na formação da família escrava. São Paulo: Editora Unicamp, 2011.

TELLES, Lorena Féres da Silva. **Teresa Benguela e Felipa Crioula estavam grávidas:** maternidade e escravidão no Rio de Janeiro (século XIX). 2018. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, letras e ciências humanas, Universidade de São Paulo, 2018.

VARGAS, Jonas Moreira. **Os barões do charque e suas fortunas:** um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, século XIX). São Leopoldo: Oikos, 2016.